



EITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS
Fortaleza dos Valos/RS

PROTOCOLO
Data: 10/06/2019 08:12:10
Processo: 495/2019
Visto

REQUERIMENTO

Requerente: Massotti e Massotti Ltda Epp

CPF/CNPJ: 03.533.035/0001-84

Telefone: (55) 3375-4915

E-Mail: massotti@massotti.com.br

Endereço: RUA HENRIQUE HERTEMINK, 120 /SALA: 2

Bairro: CENTRO

Cidade: Panambi

Identidade:

Celular: (55) 3375-8176

Número: 0

CEP: 98.280-000

Estado: RS

Setor Destino: ASSESSORIA JURIDICA

Assunto: IMPUGNAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

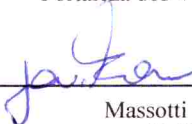
Descrição do Assunto:

IMPUGNAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019, PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS.

N. Termos

P. Deferimento

Fortaleza dos Valos/RS, 10 de junho de 2019



Massotti e Massotti Ltda Epp
03.533.035/0001-84



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS
SECRETARIA DA FAZENDA

GUIA DE PROCESSO

3ª VIA

Nome do Requerente: Massotti e Massotti Ltda Epp

Protocolo N.º: 495/2019

Data de Entrada: 10/06/2019

Assunto:

IMPUGNAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019, PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS.

TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Data	Local onde se encontra o processo	Func. Responsável
10/06/2019	Entrada no Setor de Protocolo	
10/06/2019	ASSESSORIA JURIDICA	

1ª VIA Requerente; 2ª VIA Anexo Requerimento; 3ª VIA Arquivo Ordem Alfabética; 4ª VIA Arquivo Ordem Alfabética

À Ilma. Sra. Prefeita

MÁRCIA ROSSATO FREDI

Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos/RS

Setor de Licitação

Edital de Pregão Presencial: 15/2019

Processo n.º 35/2019

MASSOTTI E MASSOTI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CCPJ sob n.º 03.533.035/0001-84, estabelecida à Rua 20 de Setembro, 253 – Bairro Piratini, na cidade de Panambi-RS CEP 98.280-000, por seu representante legal, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, por conta de irregularidades na Licitação sob a modalidade de Pregão Presencial n.º 15/2019, ocorrido em 06 de junho de 2019, às 10 horas.

DOS FATOS

Ocorre que foram habilitados todos os fornecedores participantes, **mesmo os equipamentos não atendendo as especificações técnicas do Anexo I do referido edital**, o que torna irregular o presente certame.

Não fora somente apresentadas marcas ou modelos diferentes, e sim equipamentos que não alcançam as exigências de condições técnicas, acessórios, e capacidades de operação.


Para melhor elucidação segue demonstrativo das diferenças técnicas entre os equipamentos requeridos na licitação, comparados com os ofertados pelo Vencedor.

SUBITEM	EDITAL	EQUIPAMENTO VENCEDOR	MODELO EQUIPAMENTO VENCEDOR
SUBITEM 1	PEDE TONER PARA 15.000 PÁGINAS	TONER PARA 12.000	BROTHER 8912
SUBITEM 2	MEMÓRIA PADRÃO 128 MB	MEMÓRIA PADRÃO 64 MB	BROTHER 8890
SUBITEM 3	50 PPM	40 PPM	SAMSUNG M4080
	TONER PARA 25.000 PÁGINAS	TONER PARA 20.000	
SUBITEM 4	FAX	NÃO TEM	EPSON L6161
	CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO DUPLEX	NÃO TEM	
	ALIMENTADOR ADF	NÃO TEM	
	SCANNER FRENTE E VERSO	NÃO TEM	
	ENTRADA USB PARA DIGITALIZAÇÃO PENDRIVE	NÃO TEM	

Diante do exposto, impugna-se o certame licitatório realizado, requerendo a não habilitação das propostas, e, por conseguinte a realização de novo pregão.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Panambi, RS, 07 de junho de 2019.


MASSOTTI E MASSOTTI LTDA
CNPJ 03.533.035/0001-84

03.533.035/0001-84
MASSOTTI & MASSOTTI
LTDA. - EPP
Rua 20 de Setembro, 253
Fundos Bairro: Piratini
CEP 98280-000
PANAMBI - RS

De: Fabio @allfax [fabio.aallfax@terra.com.br]
Para: pmlicita@pmfv.rs.gov.br
Enviado em: segunda-feira, 10 de junho de 2019 11:36
Assunto: Lida: Recurso Licitação Município de Fortaleza dos Valos

Sua mensagem

Para: fabio.aallfax@terra.com.br
Assunto: Recurso Licitação Município de Fortaleza dos Valos
Enviada: 10/06/2019 11:31

foi lida em 10/06/2019 11:36.

RECURSO DE CONTRARRAZÕES

ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE FORTALEZA DOS VALOS.

Ref. Contrarrazões ao Recurso Administrativo - Pregão Eletrônico – Edital N°
15/2019

OBJETO: *Constitui objeto da presente licitação a locação, manutenção e fornecimento de materiais de impressora laser monocromática e jato de tinta colorida, acima referidos, na forma do anexo I deste Edital..*

AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES Eireli, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Pelotas, n° 207, Bairro: Floresta, CEP: 90220-110, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.402.427/0001-89, licitante vencedora do certame e interessada direta no procedimento licitatório em epígrafe, vem, mui respeitosamente, por meio de seu Diretor in fine assinado, perante vossa senhoria, nos termos do § 3°, do Art. 109, da Lei 8.666/93 e Art. 4°, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, c/c o item 10 do respectivo Edital, oferecer tempestivamente suas Contra-Razões Recursais em face do recurso administrativo interposto pela empresa MASSOTTI E MASSOTI Ltda.

A empresa MASSOTTI E MASSOTI Ltda alega em seu recurso apresentado, que nenhuma empresa participante do respectivo pregão atendeu às especificações mínimas solicitadas para os equipamentos, objeto da presente licitação.

Temos certeza que esse entendimento é equivocado, pois todos os modelos que ofertamos em nossa proposta são superiores aos utilizados atualmente pela prefeitura, através do contrato vigente. Inclusive As especificações solicitadas no edital, foram baseadas nos modelos instalados atualmente nas dependências da prefeitura, portanto, nesse caso os equipamentos instalados hoje estariam dando conta da demanda da prefeitura.

Em relação aos apontamentos técnicos realizados pela empresa MASSOTTI E MASSOTI Ltda, informamos que:

Em relação aos apontamentos técnicos realizados pela empresa MASSOTTI E MASSOTI Ltda, informamos que:

- O modelo 6161 da impressora EPSON que ofertamos em nossa proposta foi digitado errado, portanto o modelo correto é Epson 6191, impressora essa que é muito superior à impressora Epson L656 utilizada pela prefeitura de Fortaleza dos valos no contrato atual.
- Quanto à solicitação de no mínimo 128mb de memória ram: a impressora Brother tem no mínimo 64mb como padrão, porém tem expansão (ou memória opcional) de até 574mb o que é muito superior ao solicitado no edital, assim no momento da entrega a mesma será adequada ao solicitado no edital.
- Em relação à capacidade de impressão: o edital menciona capacidade de impressão do toner de 15000 páginas, porém a capacidade de impressões do toner da Brother 8890 é de 12000 impressões, portanto a Aalfax telecomunicações fornecerá 2 (dois) toners que somarão 24000 impressões, o que será superior ao solicitado no edital

Ressaltamos que, o edital não solicita marca nem modelo na proposta, a empresa vencedora deverá entregar um equipamento que atenda as exigências e necessidades da prefeitura, conforme os itens abaixo do referido edital:

12 - DO RECEBIMENTO:

12.1 - Os serviços deverão serem prestados conforme solicitado no edital e de acordo com as normas vigentes.

12.2 - Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

Ainda, acreditamos que a empresa recorrente deveria ter impugnado o edital no momento em que verificou alguma inconsistência na formulação do mesmo, no tocante à especificação técnica dos equipamentos, momento mais oportuno para alguma contestação.

Novamente informamos que não houve duvida por parte da comissão, tanto que a mesma habilitou corretamente a empresa que obteve 1º lugar na

disputa, e caso houvesse alguma dúvida já teria solicitado tais esclarecimentos à empresa vencedora do certame.

Salientamos que já houve um julgamento e a intenção desse recurso é contrária aos princípios básicos da lei 8666/93, cuja intenção é **buscar a proposta mais vantajosa para a administração e ampliar a competição** evitando frustrar o seu caráter competitivo, e o retardamento do processo licitatório.

O rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. E o pior, se nem todas as exigências forem justificáveis em vista do risco e da complexidade envolvidos na contratação, tal restrição terá sido imotivada.

Assim, a interpretação a aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados. Irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato. Entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto no 3.555/2000, no sentido de que "as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação".

Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada.

Sobre a motivação do recurso interposto pela empresa MASSOTTI E MASSOTTI Ltda, segue abaixo alguns pareceres acerca da restrição do universo dos participantes:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – "9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;"

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – "8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela

Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1o, inciso I, do art. 3o da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Com desenvoltura, acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho versa:

“O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º (BRASIL, 1993):

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e*

será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991. (...) (Grifo nosso)''

(...) (Grifo nosso)''

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Isto posto, requer a recorrente que seja mantida a decisão desse comissão em habilitar e classificar a empresa Aallfax Telecomunicações Eireli, como vencedora do presente certame, e o recebimento e provimento do presente recurso a fim de que seja reconhecida a documentação juntada como, hábeis e suficientes ao fim colimado e em apreço ao princípio da razoabilidade, e o indeferimento do recurso impetrado pela empresa MASSOTTI E MASSOTTI Ltda, pelos motivos expostos anteriormente, com a consequente habilitação e prosseguimento da licitante no pregão.

Porto Alegre, 13 de junho de 2019.



Vicente José de Souza Junior

Cpf.786.324.630-04

Diretor

Aallfax telecomunicações eireli

Cnpj.01.402.427/0001-89

01.402.427/0001-89

AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

RUA PELOTAS, 207
FLORESTA-CEP 90.220-110
PORTO ALEGRE-RS